

## **ACESSIBILIDADE E HOSPITALIDADE: REFLEXÕES SOBRE LEGISLAÇÃO E NORMATIZAÇÃO BRASILEIRAS**

Letícia Indart Franzen, Marcia Maria Cappellano dos Santos, Bruna Tronca

Letícia Indart Franzen: Doutoranda em Turismo e Hospitalidade, PPGTURH - UCS. Marcia Maria Cappellano dos Santos: Doutora em Educação, Pesquisadora e Coordenadora do PPGTURH - UCS. Bruna Tronca: Mestranda em Turismo e Hospitalidade, PPGTURH - UCS.

O presente trabalho, inserido no processo de revisão de literatura de meu projeto de tese voltado para a acessibilidade atitudinal no âmbito da hospitalidade, consiste em uma leitura analítica preliminar do Decreto-lei 5.296, de 2004 e da Lei 13.146, de 2015, as quais pautam a Norma ABNT 9050, em suas edições de 2004 e 2015, voltando o foco para aspectos conceituais e pragmáticos da acessibilidade. A inserção do tema "acessibilidade" nas ações de planejamento público e privado não pode ser vista como uma opção, mas como um requisito indispensável à comunidade local e a visitantes e turistas, do que deriva a relevância de examinar textos legais e normativos que a contemplam. A acessibilidade configura-se como equiparação de oportunidades a todos, mediante acesso seguro e autônomo, sem restrições ou qualquer tipo de segregação. Contrapostos os textos legais, o conceito de acessibilidade é ampliado com a menção ao acesso aos serviços públicos ou privados de uso coletivo e com a inclusão do contexto rural. Quanto às edições da NBR, o objetivo de proporcionar acessibilidade "à maior quantidade possível de pessoas", traz uma restrição quantitativa que, de antemão, estabelece como horizonte, apenas o possível de ser viabilizado, não contemplando o grau ótimo de sua consecução. A mesma NBR passa a contemplar questões de cunho individual e social, como atitude, comportamento, participação social, liberdade de movimento e de expressão, comunicação, informação, segurança. O acesso a tais instrumentos legais e normativos não parece corresponder, na cotidianidade, à disposição para ouvir o outro (pessoas com deficiência e mobilidade reduzida), como seria de esperar, em suas demandas específicas. Presenciam-se múltiplas e diversas situações ainda caracterizadas por surdez relacional, cabendo perguntar por que de leis e normas consolidadas não derivam comportamentos reveladores de acessibilidade atitudinal. Essa é uma das questões que o projeto de tese buscará responder.

Palavras-chave: Acessibilidade; Hospitalidade; Decreto-lei N. 5296/2004; Lei N. 13146/2015; Norma Brasileira N. 9050/2004 e 2015.

Referências: ABNT, N. (2004). 9050. Norma Brasileira. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. ABNT, N. (2015). 9050. Norma Brasileira. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Boletim ABNT (2015). Acessibilidade um direito de todos. V. 12, n. 148, Nov/Dez 2015. ISSN-0103-6688. Recuperado em 14 de maio, 2017, de [http://abnt.org.br/images//boletim/Boletim\\_ABNT\\_148\\_nov\\_dez\\_2015\\_NET\\_03.pdf](http://abnt.org.br/images//boletim/Boletim_ABNT_148_nov_dez_2015_NET_03.pdf) BRASIL. (2000a). Lei 10.048, de 08 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União. BRASIL. (2000b). Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União. BRASIL. (2001). Lei nº 10.257, 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Diário Oficial da União. Brasil. (2004). Decreto-lei 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União. Brasil. (2015). Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Cambiaghi, S. (2012). Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. São Paulo: Editora Senac São Paulo. Dischinger, M., Bins Ely, V. H. M., & Piardi, S. M. D. G. (2012). Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público. Florianópolis: MPSC. Grinover, L. (2006). A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade. Revista Hospitalidade, 3(2), 29-50. Grinover, L. (2013). Hospitalidade, qualidade de vida, cidadania, urbanidade: novas e velhas categorias para a compreensão da hospitalidade urbana. RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo, 3(1), 16-24. Orlandi, S. C. (2003). Percepção do portador de deficiência física com relação à qualidade dos espaços de circulação urbana. Perazzolo, O. A., Cappellano dos Santos, M. M., & Pereira, S. (2013). Dimensión relacional de la acogida. Estudios y perspectivas en turismo, 22(1), 138-153.